LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

| O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lh confere o art. 180 da Constituição, |
|--|
| DECRETA: |
| TÍTULO III DAS NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO |
| CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SOBRE DURAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO |
| Seção XI Dos Jornalistas Profissionais (Vide Decreto-Lei nº 972, de 17/10/1969) |
| Art. 302. Os dispositivos da presente Seção se aplicam aos que na empresas jornalísticas prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou rilustração, com as exceções nela previstas. § 1º Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se aplicam aos que na empresas jornalístas, revisores, fotógrafos, ou rilustração, com as exceções nela previstas. |
| estende desde a busca de informações até a redação de notícias e artigos e organização, orientação e direção desse trabalho. § 2º Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins desta Seção, aquela que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuiçã de noticiário, e, ainda, a radiodifusão em suas seções destinadas à transmissão o notícias e comentários. |
| Art. 303. A duração normal do trabalho dos empregados compreendido nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite. |
| |